



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Liberais e a Intervenção Estatal: Controvérsias Econômicas em “Quem é quem na Economia”

Fernando Mendes Coelho¹

Resumo: O período da ditadura militar brasileira foi marcado por intensa propaganda econômica, principalmente voltada ao Estado como promotor do desenvolvimento numa estratégia que incluía a intervenção no mercado por meio de empresas estatais, as quais eclodiram durante os referidos anos, e que segundo o governo dariam as bases ao crescimento e preencheriam lacunas que as empresas privadas não poderiam suprir. Constitui-se no período um debate ideológico entre correntes liberais e desenvolvimentistas, levando a controvérsias entre Estado e capital privado nacional. Utilizaremos como fonte para identificar e procurar examinar o embate ideológico provocado através do projeto liberal construído pelo Grupo Visão e evidenciado nas publicações do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, revista de alcance nacional que demonstrava posicionamentos firmes de pensadores liberais contra o projeto estatizante do governo.

Palavras-chave: capital estatal; capital privado; poder simbólico; liberalismo; ditadura militar brasileira.

Abstract: The period of the Brazilian military dictatorship was marked by intense economic marketing, mainly aimed at the State as a promoter of development in a strategy that included intervention in the market through state companies, which broke out during those years, and which according to the government Would lay the foundations for growth and fill gaps that private companies could not afford. It was during the period an ideological debate between liberal and developmentalist currents, leading to controversies between the state and national private capital. We will use as a source to identify and seek to examine the ideological struggle provoked through the liberal project built by the Visão Group and evidenced in the publications of the yearbook “Quem é quem na economia brasileira” (“Who's who in the Brazilian economy”), national magazine that showed strong positions of liberal thinkers against the statist project from the government.

Keywords: state capital; Private capital; Symbolic power; liberalism; Brazilian military dictatorship.

Considerações iniciais

O presente ensaio tem como objetivo o aprofundamento da problemática da pesquisa de mestrado. Diante das relações entre capital estatal e capital privado durante a ditadura militar, procuraremos demonstrar como uma das principais controvérsias do período eram tratadas, recorrendo a forma com que os ideólogos liberais que representavam o Grupo Visão reagiam à ampliação do poder econômico estatal. Para isto, é necessário perceber como eram estabelecidas relações de poder simbólico entre as duas esferas de poder econômico, e diante

¹ Mestrando do PPGHIS-UFPR. E-mail: fermcoelho@hotmail.com.

de tal problemática, a fonte no formato de revista, o anuário “Quem é quem na economia brasileira” do grupo Visão, servirá para identificar os pontos de tensão, sobretudo por seus ideólogos apresentarem um posicionamento liberal a respeito da ampliação do capitalismo de Estado².

Dentro do campo de poder ideológico a revista é um espaço de poder, e considerando seu posicionamento, notamos dois momentos diferentes, o primeiro entre 1967 e 1974, quando os editoriais eram escritos por Said Ibrahim Farhat, e o segundo entre 1975 e 1978, quando a responsabilidade passou para Henry Maksoud. Ambos seguiam a cartilha econômica liberal. No entanto, o primeiro possuía uma aproximação maior com o governo militar, inclusive tecendo elogios, enquanto que o segundo era mais incisivo nas críticas e defendia abertamente a diminuição do Estado na economia. Esta dicotomia foi percebida inclusive após a venda do Grupo Visão para Henry Maksoud, quando o governo deixou de investir em publicidade na revista, enquanto no período Farhat boa parte das receitas de publicidade eram recebidas por intermédio de campanhas publicitárias de empresas estatais.

Diante do exposto, após a contextualização histórica e abordagem teórica pertinente ao objeto de pesquisa, a seção final do ensaio trará alguns excertos do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, para brevemente refletirmos sobre alguns pontos de tensão políticas/ideológicas entre os editores do anuário e as políticas econômicas do governo de ampliação de empresas estatais. Lembrando que quando tratamos de ideologia das elites capitalistas nacionais estamos recorrendo aos liberais que escrevem para a revista, e não necessariamente que este era o posicionamento unânime da elite empresarial nacional como um todo.

Ideologia liberal e capitalismo de Estado

Nosso trabalho ocupa-se da análise do anuário Quem é Quem na Economia Brasileira, compreendendo os anos de 1967 a 1978, sob responsabilidade do Grupo Visão. Dentro da amplitude da fonte, a qual conta com edições anuais de 500 páginas, é inevitável fazer recortes para melhor direcionar a construção da pesquisa. Considerando estes recortes,

² Quando nos referimos ao capitalismo de Estado, consideramos a definição da Escola Austríaca de Economia dentre os demais conceitos de capitalismo de Estado. Sinteticamente, refere-se à intervenção estatal na economia, principalmente através de planos econômicos, regulamentação de mercado, avanço de empresas estatais, centralização das decisões econômicas. A escolha sobre esta definição também se faz presente pela influência que esta linha de pensamento econômico teve sobre a figura de Henry Maksoud, o qual diversas vezes no anuário cita o conceito de capitalismo de Estado a partir da vertente neoliberal.

optamos por trabalhar com os editoriais, fóruns, matérias especiais e com a publicidade que se vincula a revista. Justamente na análise destes elementos é que podemos recorrer aos recursos historiográficos que podem proporcionar subsídios para entender as posições políticas e ideológicas dos editores que assinam o anuário. Considerada predominantemente liberal, por vezes se aproximando, e por vezes divergindo dos militares, como uma forma de sinalizar as posições das elites econômicas privadas a respeito das intervenções do Estado na economia³.

Incluso na análise dos editores do anuário, fazemos uso das figuras de Ibrahim Said Farhat, declaradamente liberal⁴, mas muitas vezes apoiando as políticas econômicas do governo militar, respondendo pelo campo editorial do anuário entre os anos de 1965 a 1974. Após Farhat, Henry Maksoud, defensor de um projeto liberal de Estado mínimo, o qual adquiriu o Grupo Visão de Farhat em 1974, manteve a revista ativa até o ano de 1993, quando o grupo entrou em falência⁵.

Na análise do objeto de pesquisa buscamos compreender como se davam as articulações ideológicas entre o material da revista e a política econômica do governo militar. Sobretudo com o avanço do chamado capitalismo de Estado, ou seja, com a participação estatal cada vez maior na economia nacional, tanto com empresas estatais, quanto com projetos econômicos⁶. O capital privado e as relações com o Estado surgem como principal fator de tensão e de críticas dos editoriais (representando a distensão), por outro lado, existem as relações de aproximação com os interesses estatais, bem como a articulação entre as esferas públicas e privadas.

Existem momentos no contexto econômico brasileiro, no qual as elites burocráticas do Estado e elites econômicas representadas pela revista mantinham relações de convergência de

³ É importante reconhecer o papel mediador fundamental das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais (particularmente do Estado) nos processos de acumulação do capital. [...] O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação de capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY, 2004, p. 107-111).

⁴ Said Farhat em entrevista cedida à revista Brasília em Dia, no ano de 2007, fala sobre ser liberal: Ser liberal não significa ser conservador. Há uma longa distância entre um e outro. [...] E a esse ideal, sem dúvida nenhuma, dediquei toda a minha vida, onde estive, usando a força da palavra, escrita ou falada, com todo o empenho, em todos os meus gestos para ver surgir uma sociedade mais justa, que respeite os valores éticos e morais, sem os quais não existe a democracia. Disponível em <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/entrevista-com-said-farhat/>. Acesso em: 25 Ago. 2017, 10:14:30.

⁵ JUNIOR, Gervásio César. *Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970*. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010, p.5.

⁶ Os dois primeiros governos militares foram tímidos em relação a novos grandes projetos, mas os três últimos tornaram o desenvolvimento por projetos um elemento central de suas estratégias econômicas e políticas. As empresas estatais constituíram instrumentos naturais para a implementação destes projetos, muitos dos quais levaram à criação de novas empresas. Para esses e outros projetos equivalia à direção da empresa estatal. Sob alguns aspectos, esse fato pode distorcer o comportamento “normal” de uma empresa estatal (SCHNEIDER, 1994, p. 41-42).

interesses.⁷ Fator que não podemos negligenciar é que o anuário serve como um espaço em que estes ideólogos das elites dialogam com o governo militar, apresentando suas demandas e preocupações com a condução das políticas nacionais, que por sua vez podem privar seus privilégios na medida em que se alinham a interesses contrários aos hegemônicos.

Naturalmente dentro do recorte estabelecido pela pesquisa notamos a interferência de diferentes contextos nacionais e internacionais. O período em que Farhat escrevia os editoriais foi marcado pelo chamado “milagre econômico”, onde a economia brasileira apresentava sucessivas taxas de crescimento do PIB anualmente, e havia uma maior harmonia entre os interesses dos empresários e da burocracia estatal. O período Farhat foi marcado também pela criação do AI-5, intensificando a repressão e a censura por parte dos militares. Por outro lado, o período em que Maksoud assumiu o Grupo Visão, dentro do recorte entre 1974 e 1978, marcou um período de ruptura, no qual a crise internacional do petróleo levou ao esgotamento do crescimento econômico contínuo da economia brasileira, e no âmbito das economias centrais à crise dos Estados capitalistas.

No Brasil, além da crise após o milagre econômico brasileiro, temos um avanço do Capitalismo de Estado, quando mundialmente já surgiam tensões que levavam ao crescimento das teorias neoliberais e ao esgotamento do Welfare State nos países centrais do capitalismo. Diante do momento tensões surgiam, principalmente nos editoriais escritos por Henry Maksoud, o qual defendia um projeto liberal para o Brasil em um momento em que o Estado ampliava seu domínio econômico com a proliferação de empresas estatais, que eram vistas com maus olhos pelos editoriais de Maksoud por usurparem espaço no mercado para as empresas nacionais de capital privado.

Ampliando o escopo de análise, além dos escritos de Maksoud e Farhat, podemos recorrer a alguns expoentes do pensamento liberal do período que também ganharam espaço na revista e que pensavam as questões do Estado. Era comum a realização de fóruns para discutir os problemas econômicos brasileiros, onde a estatização e o capital internacional sempre estiveram presentes. O fórum de 1971, chamado “Liberdade, Desenvolvimento e Segurança”, contou com nomes como Roberto Campos, Bresser Pereira, José Mindlin, Don Helder Câmara, Florestan Fernandes, dentre outros. Já em 1973 foi realizado o fórum “Homens de Visão”, onde participaram nove ganhadores do prêmio com o mesmo nome do

⁷ Com efeito, à instrumentalidade existente na relação Estado-classe, e concebida a partir de um “controle de classe” que sobre o Estado seria exercido, é contraposto o argumento da “coincidência” entre os interesses da classe capitalista e os do aparelho do Estado. Mas ao mesmo tempo se afirma que o Estado é vedado organizar a produção em termos compatíveis com os interesses privados (MARTINS, 1985, p. 37).

fórum, concedido anualmente pelo Grupo Visão, com destaque para Roberto Campos (1961) e Octávio Gouvêa de Bulhões (1966).

O ganhador do prêmio “Homem de Visão” no ano seguinte (1974) foi Eugênio Gudin, guru do liberalismo brasileiro e mentor intelectual de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões.⁸ Cabe destaque o discurso realizado por Eugênio Gudin no dia 12 de dezembro de 1974, quando recebeu o prêmio em evento realizado no Hotel Glória no Rio de Janeiro. Ficou conhecido por marcar o início da campanha contra a estatização, como apontam os estudos de Sebastião Velasco e Cruz. Durante o famoso discurso, Gudin denunciava as “falácias do Estado interventor”:

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem como, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.⁹ (GUDIN, 1974, apud VELASCO E CRUZ, 1995, p.33)

Diante deste trecho do discurso de Gudin percebemos diferentes referências ideológicas, principalmente quando usa como baliza de análise “capitalismo” e “comunismo” para situar o que chamou de “capitalismo brasileiro”. No entanto, aproxima o capitalismo brasileiro ao comunismo após apresentar a apropriação do Estado de diversos setores da economia tanto no âmbito de serviços básicos como telefonia, quanto à indústria pesada citando a petroquímica e estradas. Ao usar como referência como país de capitalismo exemplar os Estados Unidos, reforça a postura do livre mercado, num momento histórico de Guerra Fria, onde o lado comunista era visto como subversivo pelo regime militar.

A presença de Roberto Campos nesta seara de fóruns e prêmios também é interessante, pois foi Ministro de Planejamento do Governo Castelo Branco, e durante a realização dos fóruns de 1971 e 1973 exercia a presidência do InvestBanco e de outras empresas. A visão liberal de Roberto Campos é reforçada pela sua produção acadêmica e técnica, como por exemplo o texto síntese do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) formulado em 1966, com destaque para a obra autobiográfica produzida na sua maturidade chamada

⁸ Ninguém exerceu maior influência sobre minha formação de economista que Eugênio Gudin (CAMPOS, 1994, pg. 237).

⁹ Citado por VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1995, p. 33.

Lanterna na Popa, publicada em 1994, que pode ser utilizada em momentos futuros para melhor delinear a posição liberal de Roberto Campos.

No fórum de 1973, dentre diversos apontamentos sobre a intervenção do Estado na economia, Roberto Campos lança a seguinte recomendação:

Seria um fator de tranquilidade para o empresariado se o Estado, ao atuar na área de rentabilidade direta, se dispusesse a obedecer a estas diretrizes: a) transferir as empresas para a iniciativa privada [...] b) quando, excepcionalmente, operar em competição com empresas privadas, evitar a concessão de privilégios às empresas estatais, que impliquem concorrência desleal; c) sempre que for possível, procurar agir por meio de sociedades de economia mista, que permitam alguma mobilização de recursos privados e a adoção de métodos de administração privada. (Quem é Quem na Economia Brasileira, 1973, p.23)

As recomendações de liberdade econômica expostas no fórum de 1973, também se faziam presentes na participação de Campos no fórum de 1971, inclusive alertando que a concentração de poder econômico na mão do Estado era nociva aos preceitos democráticos.

Tudo que se pode dizer é que o pluralismo econômico, isto é, a predominância da empresa privada e competitiva, facilita a adoção do pluralismo político, enquanto que a concentração do poder econômico nas mãos do Estado costuma descambar no autoritarismo político.
O Estado é uma ameaça? A filosofia oficial de uma Constituição é privatista, cabendo ao governo, no domínio econômico, uma função supletiva. (Quem é Quem na Economia Brasileira, 1971, p. 206-211)

Utilizamos como uma das possibilidades de análise o pensamento de Roberto Campos como um dos liberais de influência do período com espaço na revista, mas como sinalizado anteriormente, podemos ampliar a discussão a outros nomes, como por exemplo Bresser Pereira e Octavio Gouvêa de Bulhões, homens influentes no período e com extensa produção acadêmica. Octávio Gouvêa de Bulhões, no período de recorte da pesquisa foi presidente do conselho editorial do Grupo Visão, além de contar com uma coluna na revista onde expunha também seu pensamento liberal. Ou até Dom Helder Câmara, que foi um dos grandes opositores do governo militar, e que no fórum de 1971 defendeu a iniciativa privada contra o capitalismo de Estado.

Nas relações estabelecidas entre os capitais, principalmente após 1974, consolida-se tensões entre os seguintes polos: capital estatal (Estado); capital internacional (o qual o Estado recorria para financiar os planos de desenvolvimento, além de garantir a inserção na economia brasileira); e capital nacional (representado pelos interesses da revista, e que se via pressionado tanto pelo avanço do Estado empresário, quanto pela infiltração de capital

internacional na economia brasileira). O capital internacional era tema recorrente entre os representantes das elites econômicas nacionais, como bem demonstra os editoriais do anuário, principalmente após 1974, quando a transição para a democracia também representava uma abertura à inserção de capitais globais nas economias periféricas.¹⁰

O avanço do capital estatal¹¹ e internacional na economia brasileira são fenômenos correlatos no período de abertura democrática da ditadura militar brasileira, esta transição do “Estado” para o mercado foi realizada por outras ditaduras latino-americanas, como no caso do Chile na mesma temporalidade proposta pelo objeto de estudos.¹²

Sobre o fenômeno de interrelações entres elites burocráticas estatais e elites privadas, nas leituras realizadas a partir de Ben Ross Schneider, percebemos a alta rotatividade entre as elites burocráticas do Estado, fato comum quando comparado com outros países periféricos e incomum quando comparada com países centrais. Essas rotatividades da alta burocracia entre diversas instituições faz com que essas pessoas criem uma rede de relações entre as instituições, tanto através de conhecimento técnico, quanto de redes interpessoais que ligam as altas burocracias que comandam tanto o setor estatal, quanto o setor privado, sobretudo grandes empresas de capital privado ou misto. A partir disto poderemos perceber o desenho das relações entre os dirigentes que orbitavam entre o capital estatal e o capital privado.

Coube a esta seção elucidar a problemática do ensaio, apresentando os principais elementos que serão analisados *a posteriori*, na próxima seção os esforços recaem na apresentação dos elementos teóricos nos quais poderemos nos pautar para fazer a análise de alguns excertos retirados do anuário “Quem é quem na economia brasileira”.

Reflexões teóricas sobre campo e ideologia

Quando fazemos menção ao campo simbólico, adotamos as contribuições de Pierre Bourdieu, importante para compreendermos como são constituídas as relações de poder que

¹⁰ Depois dos militares já não há modernização que não implique integração ao mercado global capitalista. Este foi sem dúvida, o papel central dos regimes militares: purgar o corpo social de qualquer elemento que pudesse oferecer alguma resistência a uma abertura generalizada ao capital internacional [...] Transição para a democracia significou, neste sentido, nada mais que a legitimação jurídico-eleitoral da bem sucedida transição levada a cabo pelos militares, isto é, a equação última entre liberdade política para o povo e liberdade econômica para o capital, como se a primeira dependesse da segunda, ou como, se a segunda houvesse sido de algum modo obstruída pelos generais (AVELAR, Idelber. 2003, p.48).

¹¹ O crescimento do número de empresas governamentais, de outro lado, parece confirmar esse padrão de expansão. Entre 1966 e 1975, o número de empresas governamentais (que aparecem no universo do “Quem é Quem”) passa de 40 para 271, ou seja, um aumento de 231 empresas (MARTINS, 1985, p. 67).

¹² No Brasil e no Chile, as transições epocais do Estado ao Mercado tiveram lugar durante as próprias ditaduras mesmas, ao longo dos processos que duraram duas décadas e nos quais inclusive o retorno à democracia foi estritamente controlado e em última instância hegemonizado pelos mesmos regimes militares (AVELAR, Idelber. 2003, p. 75).

se estabelecem dentro das arenas ideológicas demonstradas a partir da análise do anuário, em um espaço descrito como campo¹³.

Posteriormente vamos recorrer a pequenos fragmentos do anuário, compreendendo o recorte temporal da pesquisa, para tentar ilustrar o que Bourdieu assinalou quando propôs o exercício de elucidar a gênese de um campo. As recomendações do autor são *apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram*¹⁴.

Quando pensamos os conceitos de capital nacional e capitalismo de Estado temos representações que se confundem, mas que na sua justaposição representam tensões de um momento histórico, tanto nas dimensões nacionais quanto internacionais. Pela dinâmica e subjetividade das relações construídas dentro de um momento histórico, em um determinado contexto político e social brasileiro, podemos mapear alguns elementos que Bourdieu assinala. A crença que sustenta é a do desenvolvimento econômico brasileiro, mesmo sendo uma economia periférica do sistema capitalista global; o jogo de linguagem que se joga refere-se a forma como as classes capitalistas brasileiras se relacionam com o Estado; e, as coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, podem ser ilustradas pela forma com que o anuário traduz esses temas durante o período estudado. Logicamente entendemos as limitações, e não queremos generalizar questões tão amplas do ponto de vista teórico, porém, o exercício proposto pode ser realizado na tentativa de operacionalizar algumas questões, na busca da identificação de possíveis tensões representadas na fonte analisada.

Devemos considerar que indissociavelmente ao conceito de campos, temos o que Boudieu chamou de *habitus*¹⁵, no qual os aparelhos ideológicos tanto do Estado, quanto de

¹³ A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p.69).

Ainda sobre a teoria dos campos, Chartier assim a define: Os campos, segundo Bourdieu, têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros (CHARTIER e BOURDIEU, 2012, p.88).

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹⁵ O *habitus* vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* completa os movimentos de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (BOURDIEU, 1989, p.41).

outras instituições, como as que reproduzem ideologias dominantes¹⁶, se interiorizam nos sujeitos e passam a determinar suas posições e ações. Dentro da concepção que Bourdieu elabora, o *habitus* se interioriza nos sujeitos, os quais, muitas vezes não conseguem perceber que estruturas como a religião, a escola, as relações liberais do capital, o partido político, a mídia, enfim, os sujeitos exteriorizam essas estruturas *a priori* interiorizadas, reproduzindo *a posteriori*, concepções próprias destes sistemas que formam a categoria de campus.

Dentro do recorte estabelecido pelo estudo, temos um mesmo campo, que é o anuário, no entanto percebemos uma certa “porosidade” neste cenário, pois temos uma mesma linha ideológica liberal que serve como baliza tanto para Said Farhat, como para Henry Maksoud. No entanto, quando a revista passa a ser propriedade de Maksoud, existe uma distinção de como o campo era anteriormente representado. Ou seja, o campo é o mesmo, mas a construção do discurso liberal de Makoud é diferente do discurso liberal de Farhat, justamente quando tratam a questão do capitalismo de Estado.

Entramos numa discussão delicada, pois cada ideologia política ou econômica se baseia em tipos de intervenção diferentes do aparelho do Estado. Este não é o objetivo deste artigo, no entanto, devemos considerar que a literatura sobre o tema se desdobra, e entendemos que a discussão a respeito das ideologias merece um aprofundamento teórico rigoroso. Sobretudo para identificarmos como se constituíram as tendências do pensamento liberal que buscamos evidenciar no anuário, que se refere, de acordo com Nico Poulantzas como a *não intervenção do Estado no econômico e ideológico*¹⁷. No entanto, esbarramos com as armadilhas de adotarmos conceitos prontos de ideologia sem uma investigação teórica preliminar. Sobre a imprecisão do conceito de ideologia, somos alertados a partir das contribuições de Terry Eagleton¹⁸ e Andrew Heywood¹⁹, dos perigos de considerarmos o conceito de ideologia como algo fixo na sua temporalidade.

Além da imprecisão do conceito de ideologia, alguns autores preferem uma substituição do termo por outras formas de representar o fenômeno, como por exemplo Michel Foucault que preferia empregar a categoria de discurso, e Pierre Bourdieu, que em

¹⁶ A ideologia surgirá como um instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos (ANSART, 1978, p.11).

¹⁷ POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.111.

¹⁸ Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia, e este livro não será uma exceção. [...]A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergências históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p.15)

¹⁹ Ideologia é o conceito mais impreciso das ciências sociais (HEYWOOD, 2010, p.18).

entrevista a Terry Eagleton assumiu que preferia substituir o conceito de ideologia por conceitos como “dominação simbólica” ou “violência simbólica”, para controlar alguns usos e abusos a que ele fica sujeito.²⁰

Terry Eagleton, descreve este momento, como a crise do conceito de ideologia, sobretudo com as correntes de pensamento pós-modernas e pós-estruturalistas, que como coloca o autor, fizeram evaporar o conceito, mesmo com o mundo atormentado pelo conflito ideológico. Eagleton, a partir de suas reflexões a respeito do conceito de ideologia, propôs seis definições diferentes do fenômeno, abordando dimensões diferentes de atuação que progressivamente se tornam mais nítidas. Buscando uma aproximação que permita pensar o objeto de estudos, nos interessa principalmente a quinto significado apresentado por Eagleton, [...] *na qual ideologia significa as ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a simulação.* (EAGLETON, 1997, p.39)

Recorrendo a outros estudos consolidados sobre ideologia, Karl Mannheim, na sua obra *Ideologia e Utopia*, busca trazer algumas reflexões para tratar do tema, considerando as particularidades e perigos da definição de conceitos fechados de ideologia. O autor começa com a análise do significado do conceito, apontando diferentes caminhos e percebendo diferentes dimensões de análise:

Um estabelecimento mais preciso das variações dos significados do conceito, como é usado hoje em dia, preparará o caminho para sua análise sociológica e histórica. Tal análise mostrará que em geral existem dois significados distintos e separáveis do termo “ideologia”, o particular e o total (MANNHEIN, 1986, p.81).

A diferenciação dos termos é primordial na contribuição de Mannheim. Por meio da distinção percebemos que o conceito de ideologia que remete ao particular é pautado puramente no nível psicológico, sem se afastar do mesmo, colocando o indivíduo como elemento principal de análise. Mannheim aponta que quando lidamos com grupos a validade do termo se mantém, pois, uma vez que todos os fenômenos psíquicos devem ser finalmente referidos às mentes dos indivíduos. Avançando sobre a análise do termo ideologia no sentido particular, reforça-se, também, a premissa que o conteúdo do pensamento individual é diretamente dependente dos interesses do sujeito, e que não é possível realizar uma reconstrução básica do modo de ver total de um grupo social. (Mannheim, 1986, p. 83-85)

²⁰ BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. *A Doxa e a Vida Cotidiana: Uma entrevista.* In: ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um Mapa da Ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.266.

O autor alerta que o uso de ideologia apenas no sentido particular é uma fonte de erro ou engano, abrindo caminho para o segundo sentido de ideologia para Mannhein, o total, que é apontado como teórico ou noológico. A problemática do sentido total de ideologia é definida da seguinte forma:

Com a concepção total de ideologia, a questão é diferente. Quando a uma época histórica atribuímos um mundo intelectual e a nós mesmos atribuímos outro, ou quando, um certo estrato social, historicamente determinado, pensa com categorias diferentes das nossas, não nos estamos referindo a casos isolados do conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes. (Mannhein, 1986, p.83)

Mannhein, com o sentido total de ideologia, afasta-se da individualidade do sujeito, trazendo uma nova possibilidade de análise histórica do conceito, pois nos possibilita reconstruir o modo de ver de um grupo social ou classe social dominante²¹.

Poderemos também agregar as contribuições de Pierre Ansart²², considerando aspectos determinantes como o fator ideológico na construção política de Estado. Encontramos na obra de Ansart, algumas reflexões a respeito do papel do Estado dentro de um sistema em que impera relações de poderes simbólicos e ideológicos, demonstrando que o Estado deveria manter uma neutralidade, servindo como um árbitro, se abstendo de interesses de poderes hegemônicos, no entanto, dentro de uma filosofia democrática liberal, a forma de operacionalização do Estado tende a favorecer as ortodoxias²³.

O pensamento de Ansart a respeito do Estado se articula com o de Bourdieu, quando o autor aborda a parcialidade do aparelho estatal ao conciliar os interesses das elites, bem como com a ideia de Hegemonia pensada por Gramsci. No entanto, Ansart aborda questões relevantes a respeito das difusões culturais, que nos interessam para perceber como o Estado intervêm em dimensões simbólicas, como exemplo na publicidade²⁴.

A atenção dada aos conceitos de campo e habitus em Bourdieu, e ideologia a partir das contribuições de Karl Mannhein, Pierre Ansart e Terry Eagleton teve como objetivo criar subsídios teóricos para o aprofundamento da análise a ser realizada na próxima seção, na qual,

²¹ O objetivo da análise neste nível é a reconstrução da base teórica sistemática subjacente aos juízos isolados do indivíduo. (MANNHEIN, 1986, p.85)

²² ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, P.21-22.

²³ O Estado não é, ou não deve ser, o manipulador de uma ortodoxia; mas é, pelo contrário, o árbitro entre as opções, o sistema graças ao qual as proposições concorrentes podem dialogar e ultrapassar o irrealismo de suas posições. O pensamento liberal e o sistema político pluralista tendem assim a desvalorizar as doutrinas, a alimentar a dúvida sobre a sua validade e reduzir as teorias e opiniões (ANSART, 1978, p.11).

²⁴ O Estado e os mecanismos estatais, apesar de sua aparente imparcialidade, não deixam de intervir na área da divulgação pela aplicação das regulamentações, pelas subvenções que concedem aos diferentes meios de difusão cultural, pelas escolhas que fazem (ANSART, 1978, p.86).

através de uma breve análise de excertos de editoriais do anuário *Quem é quem* na economia brasileira, faremos um exercício de conclusão procurando demonstrar alguns elementos que poderão ilustrar os embates que se constituíram nos campos ideológicos no que se refere a ampliação do capitalismo de Estado e uma contrarreação dos setores empresariais brasileiros.

Reflexões do problema a partir de excertos de quem é quem na economia

Nesta seção traremos algumas reflexões do problema da pesquisa através de análises de alguns excertos de “*Quem é quem na economia brasileira*”. Como fonte complementar utilizaremos dois editoriais da revista *Visão* assinados por Henry Maksoud, datados de 10 de fevereiro de 1975 e 24 de fevereiro de 1975, onde é lançada a campanha anti-estatizante na revista, inspirada no discurso realizado por Eugênio Gudín em dezembro de 1974. Os fragmentos são do período estabelecido dentro do recorte temporal, abordando tanto o período Farhat, quanto o período Maksoud. Dentro da abordagem escolhida para a redação deste ensaio, focamos em elementos que demonstram as tensões entre os grupos envolvidos, principalmente no que se refere ao mal-estar percebido nos editoriais pelo avanço do capital estatal na economia.

Os objetivos aqui perseguidos buscam demonstrar a posição liberal da revista, a crítica ao governo e às políticas econômicas do período militar que caminhavam ao chamado capitalismo de Estado. Por fim, o alcance da revista como meio de estabelecer um diálogo com o governo no sentido de sinalizar as demandas das classes capitalistas dominantes. Justificando a preocupação da pesquisa em elucidar as relações entre o posicionamento liberal da revista, e a sua forma de interpretar as políticas governamentais que se sobreponham aos interesses do capital nacional privado.

A fonte apresenta outras formas de abordagem para a pesquisa histórica, como foi citado a publicidade, que possui potencial para elucidar a problemática, e que não pode ser negligenciada dentro de uma análise mais ampla, bem como outros elementos, como outros fóruns e matérias especiais.

Utilizaremos inicialmente dois excertos para demonstrar o posicionamento ideológico da revista dentro da esfera liberal e contrária a ampliação do capitalismo de Estado. Primeiramente com o editorial de *Quem é Quem na Economia Brasileira* de 1969, assinado por Said Farhat, e posteriormente um trecho do editorial de 1976 do mesmo anuário, mas assinado por Henry Maksoud:

O Brasil, afinal, precisa resolver para onde vai, em termo de economia: em sentido estatizante, que chama a si desnecessariamente o risco “que é a essência da iniciativa privada”, ou continua dando a esta condição para se fortalecer e desenvolver cada vez mais, liberando os recursos oficiais para tantas coisas, como educação, saúde pública, onde tanto resta a fazer, com urgências (FARHAT, Said. 1969).

Justamente o que se vem discutindo no Brasil, nos últimos tempos com maior intensidade, é a crescente concentração do poder econômico nas mãos do Estado e, em especial, a ampliação das posições do capitalismo de Estado na esfera de bens e serviços, abalando o setor privado nacional, que, em vez de ser fortalecido, como recomendam os princípios constitucionais, vai sendo enfraquecido, pelo menos em termos relativos (MAKSoud, Henry. 1976).

Claramente os excertos demonstram o posicionamento contrário a “invasão” do Estado na economia, dentro de um contexto em que os capitalistas nacionais passavam por incertezas e expressavam seus descontentamentos, e por que não, medo de perda da sua hegemonia econômica. Cabe destacar na citação que Maksoud aponta para os princípios constitucionais que recomendam o incentivo do governo às empresas privadas nacionais, e que com o avanço do capitalismo de Estado isto não estava sendo cumprido. Estes princípios se encontram na Constituição Federal de 1967, no seu Art. 163.²⁵

Considerando o lapso de tempo entre as duas citações, percebemos que já em 1969, quando ainda o Brasil vivia os bons tempos do milagre econômico, o posicionamento da revista sinalizava para que o país escolhesse o caminho a seguir, e, aconselhando a deixar os riscos desnecessários para a iniciativa privada, redirecionando os recursos para políticas de bem-estar social. Percebemos todo um cuidado para com as críticas ao governo, talvez, também impulsionado pela intensificação da censura aos meios de comunicação, mas principalmente, porque Farhat tinha uma boa relação com o governo, e a evidência desta afirmação está na grande quantidade de investimento publicitário do governo na publicação. Pertinente a isto, é que após a venda da revista à Henry Maksoud, Farhat foi um influente ministro da comunicação no governo Figueiredo.

Farhat fazia bem o papel de aproximação com o governo federal, apresentando inclusive editoriais bem elogiosos à política econômica do governo. Sabia que as tensões entre estes dois poderes (capital privado nacional e Estado), deveriam ser bem equalizadas, dentro de uma proposta de equilíbrio de interesses. Como bem demonstra o editorial de 1970, durante o governo Médici, onde Farhat faz exaltações ao governo militar:

²⁵ Art. 163. Às empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

Seis anos de prosperidade é o pensamento que ocorre ao encerrarmos este quarto número do nosso “Quem é quem na Economia Brasileira”. [...] As sementes plantadas em 1964 a 1967, sob a inspiração do espírito reformista de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, frutificaram na gestão criativa de Antônio Delfim Neto, a ponto de permitir que hoje se olhe o futuro do Brasil com otimismo e esperança.

Falava-se muito em mudanças de estrutura, mas é fato histórico que ninguém tinha ideia muito precisa de que novas estruturas deviam substituir as velhas (FARHAT, Said. 1970).

A aproximação entre governo e anuário na época de Farhat era muito evidente, tanto que muitas vezes estes homens de governo responsáveis pela condução da política econômica nacional tinham espaços na revista. Inclusive ganhando o chamado prêmio “Homem de Visão”, como foi laureado Delfim Neto, Octávio Bulhões e Roberto Campos, e por outro lado, em participações em fóruns organizados pela revista. Como exemplo, em 1971, a revista organizou um fórum intitulado “Liberdade, Desenvolvimento e Segurança”, onde Roberto Campos teve espaço para demonstrar seus posicionamentos. E tal era a intenção do Grupo Visão de participar das decisões políticas e econômicas do governo que um dos subtítulos do fórum era: “Uma contribuição para a Definição de um Modelo Brasileiro”²⁶

Quando Farhat escreve que se falava muito da mudança de estruturas, claramente fazendo menção ao Plano Trienal do governo Goulart, quando no início dos anos 1960 entrou em pauta de discussão as chamadas Reformas de Base, e que causou muita desconfiança das elites econômicas nacionais. O termo Revolução também é utilizado ao fazer referência ao golpe de 1964, e no mesmo editorial de 1971, Farhat se posiciona a respeito de assuntos como capital estrangeiro, capital nacional e a preservação da iniciativa privada:

Não menos para nos orgulharmos é o papel que desempenhamos na propugnação da ideia de defesa da pequena e média empresa brasileira. Visão reconhece e proclama sem medo que o Brasil não pode desenvolver-se sem uma vultuosa e constante participação do capital e da técnica estrangeiros. Mas é igualmente importante, se não mais, é que a essência do regime da livre iniciativa no Brasil – e, portanto, da preservação das liberdades cívicas que a Revolução de 1964 promete manter – está indissoluvelmente ligada ao fortalecimento da empresa brasileira de pequeno e médio porte (FARHAT, Said. 1970).

Farhat diz que Visão reconhece e proclama sem medo que o Brasil não pode desenvolver-se sem o capital estrangeiro, mas é preciso ter cuidado ao analisar esta afirmação, pois implicitamente existia a tensão da iniciativa privada nacional da inserção de capital estrangeiro na economia nacional.

Maksoud já é bem mais incisivo nas críticas ao governo, compreendendo que a sua temporalidade é marcada pela crise internacional do petróleo, esgotamento do milagre

²⁶ Anuário Quem é Quem na Economia Brasileira. 1971

brasileiro, reabertura política guiada pelo fortalecimento da ideologia neoliberal, e no plano interno da revista, a retirada do investimento estatal em publicidade. No editorial do anuário de agosto de 1975 critica a necessidade de o Estado intervir na economia como promotor do desenvolvimento, apontando como uma falácia:

A falácia da moda é a de que o Estado não estaria invadindo áreas da iniciativa privada, mas investindo na infra-estrutura que propicia o desenvolvimento do setor privado e cobrindo “espaços vazios” deixados pelos particulares. Empreendedores e empresários, entretanto, que sofrem na própria carne a atuação “indiscriminatória” e a intromissão indébita das empresas do governo, não veem da mesma forma simplista o processo estatizante do país. Não manipulam dados, mas assistem à invasão do Estado, em todas as áreas, sob diferentes pretextos (MAKSoud, Henry. 1975).

A campanha anti-estatizante de Maksoud já havia começado um pouco antes, logo que assumiu o grupo Visão, em dois editoriais da revista Visão, quinzenais de fevereiro de 1975, escreveu “A Falácia do Espaço Vazio I” e “A Falácia do Espaço Vazio II”. E nestes editoriais o avanço do capital estatal não era a única preocupação de Maksoud, também sinalizava para uma possível ocupação do capital estrangeiro nestes espaços vazios com a chancela do governo.²⁷

Sobre as relações entre Estado e capital estrangeiro, Maksoud amplia a crítica, apontando que as relações com os investidores internacionais fazem parte da retórica governamental dos espaços vazios deixados pela iniciativa privada brasileira, e aponta para uma possível concretização da “falácia”:

A opção “Estado ou capital estrangeiro”, com que frequentemente se procura justificar o intervencionismo governamental tem sido abusivamente utilizada pela retórica política. O fato é que, se não se derem à empresa brasileira as condições necessárias à sua afirmação, aí sim, estaremos tomando aquele dilema cada vez mais real. Mas isto só acontecerá se, no Brasil, as pessoas responsáveis de toda a nossa sociedade não tomarem consciência do **real sentido da livre empresa e sua fundamentação nos homens empreendedores**. [...] Empresas privadas brasileiras tem sido subutilizadas, ou simplesmente impedidas de crescer, de aprimorar-se tecnologicamente, por que inúmeras vezes pessoas responsáveis da Administração preferiram ir buscar lá fora os bens e serviços que podemos perfeitamente produzir. E homens inovadores no campo dos negócios têm sido desestimulados e contidos nos processos burocráticos estatizantes que não raro apresentam matizes de incrível ficção kafkiano. E depois vêm dizer que há um espaço “vazio” que só pode ser ocupado pelo governo ou pelo capital estrangeiro (MAKSoud, 1975b).

Os fragmentos destes editoriais, demonstram a posição ideológica assumida por Maksoud, e também pelo grupo Visão, e por mais que o campo assumido seja dentro da

²⁷ Constitui um arquétipo destas afirmações doutrinárias e destes fins últimos a assertiva de que a ação empresarial do Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro (Maksoud, 1975a).

perspectiva da economia liberal, percebemos que no combate ao capital estatal também se amplia a desconfiança à infiltração do capital estrangeiro no país, logo, temos no discurso assumido por Maksoud uma contradição. Compreendemos que o papel do discurso liberal se pauta na livre iniciativa privada e na não intervenção do governo no mercado e nem da ideologia, como anteriormente assinalamos com a reflexão de Nico Poulantzas, porém, o posicionamento de Maksoud contra o capital internacional ocupar os espaços vazios, e o pedido de apoio ao governo às empresas brasileiras vai contra as premissas que defende. A contradição de Maksoud ao defender um “liberalismo nacional” e um protecionismo das empresas privadas nacionais perante o capital estrangeiro, se reforça entre 1977 e 1981, quando traz ao Brasil, por três vezes neste período, o teórico do neoliberalismo Friedrich Von Hayek para defender ideias como a não intervenção do estado na economia, a mundialização dos capitais e o rompimento das barreiras nacionais para o fluxo de capitais e produtos entre os países.²⁸

Para aumentar o apelo da campanha contra o capital estatal, Maksoud lança algumas provocações no seu editorial, como forma de desconstruir a “falácia dos espaços vazios” e convocar a classe empresarial nacional para apoiar o movimento:

Não haverá empreendedores no Brasil? Serão os brasileiros, enquanto particulares, marcado por um tabu tropicalista, ou por maldição divina, que necessariamente os destine à mediocridade ou incompetência? Se é este o caso, que milagre é esse que os torna presumivelmente capazes, quando convertidos em dirigentes de empresas do Estado? (Maksoud, 1975b)

Interessante quando Maksoud lança a questão da incapacidade dos dirigentes que estavam na iniciativa privada, quando convertidos a dirigentes estatais passam ser capazes de conduzir as empresas do governo para tapar os espaços vazios, e ironicamente coloca isto como um milagre. Este movimento entre dirigentes da esfera privada para a estatal e vice-versa, apresentamos na primeira parte deste ensaio a partir dos trabalhos de Ben Ross Schneider e Luciano Martins.

A partir do exposto nesta seção, apresentamos alguns excertos que buscam reforçar a problematização da pesquisa a ser realizada. Considerando as particularidades do período a ser analisado, apresentamos o anuário “Quem é quem na economia brasileira” como um importante componente para representar estas tensões entre esferas de poder econômico e político brasileiro, no qual, o Grupo Visão, tanto no período Farhat quanto no período Maksoud, defendia um ideário liberal, contrário à intervenção do governo na economia.

²⁸ PRUNES, Cândido Mendes. (Org.) *Hayek no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006, p.10.

Dentro do que expomos até aqui, reforçamos a utilização do referencial teórico apresentado, principalmente a partir de Bourdieu e Ansart. Compreendemos que a disputa não é presente só no mundo material, da produção econômica, passando ao campo da análise de poder simbólico e ideológico, onde o governo vendia a imagem e o ideário de desenvolvimento a partir da intervenção estatal na economia. Por outro lado, se estabelecia uma disputa com campos ideológicos liberais da iniciativa privada, como fica muito evidente nos editoriais de Henry Maksoud.

REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Tradução: Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AVELAR, Idelber. *Alegorias da Derrota: A Ficção Pós-Ditatorial e o Trabalho de Luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Pierre. *O Sociólogo e o Historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. *A Doxa e a Vida Cotidiana: Uma entrevista*. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. Pg.266
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa – Mémórias*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1994.
- CODATO, Adriano. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-1964*. Curitiba: HUCITEC Editora, 1997.
- CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Orgs.) *Como Estudar as Elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- DREIFUSS, Renné Armand 1964: *A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma Introdução*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

JUNIOR, Gervásio César. *Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970*. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Economia & o Objetivo Público*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.265

MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRUNES, Cândido Mendes. (Org.) *Hayek no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006

SCHNEIDER, Ben Ross. (1994), *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*. São Paulo, IDESP/Editora Sumaré, 1994.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1995, p. 33.

FONTES

Anuário *Quem é Quem na Economia Brasileira* e edições da *Revista Visão*. Sob a responsabilidade de publicação pela Sociedade Editorial Visão Ltda. Edições utilizadas compreendem de agosto de 1967 até agosto de 1978. As citações de Maksoud 1975, Maksoud 1975a, Maksoud 1975b e Farhat são retiradas destas fontes, no entanto, as páginas dos editoriais não possuem numeração.

As fontes encontram-se na Biblioteca Pública do Paraná e na Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, ambas localizadas na cidade de Curitiba.

Recebido em: 02/08/2017

Aprovado em: 08/10/2017